

Editorial

A escrita deste editorial acontece no momento de uma nova onda de grande transmissão da Covid-19, no Brasil e no mundo. A nova variante do vírus SARS-CoV-2, denominada Ômicron, reacendeu a luz vermelha de alerta quanto à alta taxa de transmissão, mas, também, reforçou a confiança da sociedade nos efeitos benéficos da vacinação e seu poder de proteção quanto à evolução da doença para casos mais graves. Em um momento de crise social, com altas taxas de desemprego e inflação, empobrecimento das famílias e fome, o Brasil assiste, perplexo, as tragédias das chuvas que deixaram vários desabrigados e mortos nos estados do sudeste; a queda de um paredão rochoso na cidade de Capitólio/MG e a seca que castiga o Sul do país. Todos esses acontecimentos (tanto os ambientais como sociais) – além do sofrimento que causam, e de despertarem em nós a solidariedade com os atingidos – nos levam a refletir e, sobretudo, repensar, sobre a relação altamente degradante que nós, seres humanos, estabelecemos com a natureza. Os sinais são evidentes e nos apresentam tanto um presente quanto um futuro de muitas agruras, caso o nosso modo de vida não estabeleça uma relação mais sustentável com a natureza.

O campo de pesquisa em Educação Ambiental, por meio de seus estudiosos e estudiosas, com suas investigações, vem há décadas alertando para o fato de que nossa relação com a natureza precisa ser repensada, revisada e reconstruída, uma vez que revela uma crise socioambiental sem precedentes. Muitos são os caminhos para que essa revisão ocorra, mas consideramos, especialmente, o papel que a educação possui no sentido de evidenciar, a partir de dados e análises embasadas cientificamente, que nosso planeta precisa ser cuidado para que possamos cuidar de nós mesmos. Educação que, também, nos aponta a necessidade de pessoas envolvidas e conscientes do objetivo coletivo de preservar a vida (em todas as suas formas, cores e manifestações), superando o modelo hegemônico de destruição disseminado pelo modo capitalista de produção.

Partindo desse princípio, e com grande satisfação, apresento o volume 15, número 2 da Revista Pesquisa em Educação Ambiental.

No primeiro artigo, denominado *Quando a Educação Ambiental enuncia a Ecologia Política: o que dizem os anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental?*, Michele A. da Silva, Camila N. Silva, Angélica C. Rodrigues e Olga A. G. Milanés discutem como vem sendo pensada a pesquisa em Educação Ambiental no Brasil em sua relação com o campo da Ecologia Política, por meio de um levantamento de trabalhos nos anais das dez edições dos Encontros Pesquisa em Educação Ambiental-EPEA. Os resultados, segundo as autoras, retratam uma tendência de crescimento do número de trabalhos que abordam a Educação Ambiental em diálogo com o campo da Ecologia Política.

O artigo *Contextos educacionais e temas de estudos presentes em relatos de pesquisas em Educação Ambiental divulgados em periódicos nacionais*, de Dayane S. Silva e Juliana Rink, apresenta os resultados de análises de 639 relatos de pesquisa publicados em periódicos nacionais no campo da educação ambiental, no período de 2014-2018, em relação aos contextos educacionais e temas de estudos. Os resultados apontam para a predominância do contexto educacional escolar, e como tema de estudo destacam-se concepções, representações, percepções sobre elementos ligados à temática ambiental.

O artigo de autoria de Rodrigo Machado e Marcos Sorrentino, denominado *Educação Ambiental, contra-hegemonia e gestão de Unidades de Conservação: aproximações a Antonio Gramsci*, apresenta recortes de pesquisa sobre aproximações com categorias conceituais de Antonio Gramsci e contribuições à educação ambiental trabalhadas na gestão de Unidades de Conservação. Os autores desenvolveram um estudo de categorias conceituais da obra do referido autor, visando uma revisão bibliográfica sobre a potência de a educação ambiental contribuir com a atribuição de sentidos a esses espaços, sendo importante destacar que, a partir da pesquisa, foram identificadas contribuições para o desenvolvimento de narrativas contra-hegemônicas.

O objetivo do trabalho *Valores, atitudes e comportamentos ambientais em estudantes do Ensino Médio em uma Escola Pública na Amazônia*, de Jonas da Paz Aguiar, Cláudia S. de Castro e Asdrubal J. Farias-Ramirez foi aplicar um modelo amplo de diagnóstico quanto aos valores, atitudes e comportamentos ambientais de estudantes do Ensino Médio e, para tanto, um questionário com escalas de valores, atitudes e comportamentos ambientais foi empregado para uma amostra de 138 estudantes. Os resultados indicaram, entre outros dados, uma maior concordância das respostas dos estudantes com os valores ecocêntricos, seguido dos valores antropocêntricos.

Os pesquisadores Maurivan Vaz Ribeiro, Vanessa Maluf de Novais, Leila Reis Bastos, Rafaella Ferreira Rodrigues Almeida, Waléria Patrícia Brito de Oliveira e Katia Kopp apresentam dados interessantes no artigo *O Estado da Arte a Respeito dos Estudos de Educação Ambiental Realizados em Comunidades Quilombolas no Brasil*. O trabalho buscou identificar, quantitativamente, os estudos de educação ambiental realizados em comunidades quilombolas por meio de buscas na plataforma *Google Scholar*, usando as palavras-chave: “Quilombolas”, “Educação Ambiental” e “Comunidades tradicionais”. Foram encontrados 65 trabalhos, sendo a maior parte do tipo artigo científico. Os temas dos estudos encontrados variaram bastante, demonstrando o caráter multidisciplinar da educação ambiental. O artigo destaca, ainda, que a maioria desses estudos emerge a partir de pesquisas realizadas em universidades públicas, mostrando a importância da valorização dessas instituições.

No artigo *Ecologia de saberes em farmácias vivas: uma abordagem pela Educação Ambiental*, as pesquisadoras Aline P. Mesquita e Rachel A. Trovarelli buscaram evidenciar pontes entre saúde, educação e ambiente que podem potencializar a inserção de plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde (APS). Foram exploradas as potenciais contribuições das propostas formativas presentes no Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA) para a valorização de saberes e a participação popular nesses espaços. A pesquisa indicou que ações de Educação Ambiental, na perspectiva da educação popular, podem contribuir para construção de Farmácias Vivas que reforcem a ecologia de saberes e a promoção de saúde.

O Bem Viver, Educação Ambiental e Crise Pandêmica: entrelaçamentos crítico-transformadores é o título do artigo de Lucas A. Viana Botelho, que tem o objetivo de compreender as relações entre a Educação Ambiental e o Bem Viver, enquanto perspectiva crítico-transformadora, considerando o atual cenário de crise pandêmica. Para tanto, o artigo discute elementos reflexivos, pautados em uma revisão bibliográfica que busca promover diálogos que possam convergir para proposições entre o Bem Viver e a Educação Ambiental. O autor assinala

que a Educação Ambiental precisa ampliar seu alcance, evidenciando a necessidade de um pensar-agir crítico-transformador a partir do Bem Viver.

Já o texto *Aula de campo no ensino de Ciências: possibilidades interdisciplinares para a Educação Ambiental*, dos autores Mariana S. de Andrade, Aline Viégas e Eduardo F. Capossoli tem por objetivo identificar possibilidades interdisciplinares de trabalhar a Educação Ambiental nas aulas de campo, a partir do ensino de Ciências e, para tanto, os autores realizaram uma pesquisa-ação, com abordagem qualitativa dos dados. Através da análise, os autores verificaram que a visita aos locais das aulas de campo suscitou a mobilização de conhecimentos de diversas áreas voltados para a compreensão da realidade socioambiental observada, o que, segundo eles, contribuiu para a construção de uma concepção crítica da Educação Ambiental.

Os autores do artigo *Formação continuada de professores em educação ambiental crítica: uma análise das perspectivas e limites de um projeto de extensão*, Leonardo Kaplan, Kelly A. Vidal, Larissa do N. Dawidman e Larissa H. de Santana, apresentam os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as concepções de professores de escolas públicas no contexto de um projeto de extensão em educação ambiental sobre a integração entre universidade e escola. Os dados indicaram, dentre outros pontos, que a precarização do trabalho docente traz limitações às práticas pedagógicas, mas, em contrapartida, as ações extensionistas podem fortalecer a autonomia docente para o desenvolvimento de atividades na perspectiva crítica, o que representa um dado muito interessante no contexto universitário atual.

Por fim, o artigo *Educação para o Risco: contribuições da complexidade, da reflexividade e das produções socioambientais* propõe investigar as principais ideias apresentadas pelas pesquisas sobre Educação Ambiental que se relacionam a referenciais teóricos da complexidade e da reflexividade, de modo a delimitar parâmetros que definam uma Educação para o Risco, incorporando-a a uma formação mais crítica. Os autores Fernanda da R. Carvalho; Luis David; Carla S. Santos; Fabricio Costa; Gabriel do P. Cuzziol; Thiago Ceratti; Ricardo Chierecci e Giselle Watanabe refletem sobre a carência de discussões explícitas que abranjam o conceito de risco pelos pesquisadores da área, e identificam aspectos que podem contribuir na delimitação desse conceito, tais como a discussão sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a busca por uma formação consciente e próxima da realidade dos indivíduos envolvidos.

Convido, portanto, leitores e leitoras a aproveitarem as reflexões proporcionadas pelos artigos apresentados, e desejo que tais leituras possam contribuir com nossas ideias e ações na busca por uma sociedade mais justa e responsável.

Janaina Roberta dos Santos
Pelos editores